

## GDPar SR Participações em Projetos Solares S.A.

	,
CNPJ 34.731.244/0001-66	
	ll. 0000 - 04 .lll. 00

			Der	nonstrações	s Financeira	as Individuais e Consolidadas exercícios fi	ndos em 3	1 de dezem	bro de 2023	e 31 de dez	embro de 20
	В	alanço patr	imonial em	31 de dezem	nbro de 202	3 e 31 de dezembro 2022 - (Em milhares de	Reais)				
		Coi	ntroladora	Co	onsolidado			Co	ntroladora	Co	nsolidado
Ativo	Nota	2023	2022	2023	2022	Passivo	Nota	2023	2022	2023	2022
Ativo circulante						Passivo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	9	240	1.821	8.820	21.531	Fornecedores		-	-	109	2.896
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	10	-	-	6.350	3.305	Empréstimos e financiamentos	15	173.521	18.438	173.521	18.438
Adiantamentos a fornecedores		-	-	143	-	Obrigações fiscais		-	1	270	333
Impostos a recuperar		1.369	1.341	1.431	1.404	Imposto de renda e contribuição social		-	-	1.508	1.336
Outras contas a receber		-	-	77	66	Partes relacionadas	11	9.808	8.000	5.590	10.759
						Outras contas a pagar		32	31	113	38
						Passivo de arrendamento	14	-	-	728	402
Total do ativo circulante		1.609	3.162	16.821	26.306	Total do passivo circulante		183.361	26.470	181.839	34.202
Ativo não circulante						Passivo não circulante					
Investimentos	12	191.685	193.273	-	-	Empréstimos e financiamentos	15	-	149.185	-	149.185
Imobilizado	13	641	641	179.790	181.322	Passivo de arrendamento	14	-	-	13.100	9.272
Ativo de direito de uso	14	-	-	13.250	9.494	Provisão para desmobilização	16	-	-	4.348	3.042
Ativo intangivel		26	26	26	26	Total do passivo não circulante		-	149.185	17.448	161.499
						Patrimônio líquido					
						Capital social	17	26.655	26.655	26.655	26.655
						Reserva legal		19	19	19	19
						Reserva de retenção de lucros		288	288	288	288
						Prejuízos acumulados		(16.362)	(5.515)	(16.362)	(5.515)
Total do ativo não circulante		192.352	193.940	193.066	190.842	Total do patrimônio líquido		10.600	21.447	10.600	21.447
Total do ativo		193.961	197.102	209.887	217.148	Total do passivo e patrimônio líquido		193.961	197.102	209.887	217.148

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 - (Em milhares de Reais)	
Pagamaga da luarea	

			Reservas de it	1005		TOTAL UO
	<u>Nota</u>	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	(Prejuízos) acumulados	patrimônio líquido
Saldo em 01 de janeiro de 2022		56.795	19	288	-	57.102
Aumento de capital		7.749	-	-	-	7.749
Redução de capital		(37.889)	-	-	-	(37.889)
Prejuizo do exercício		-	-	-	(5.515)	(5.515)
Saldo em 31 de dezembro de 2022		26.655	19	288	(5.515)	21.447
Prejuizo do exercício		-	-	-	(10.847)	(10.847)
Saldo em 31 de dezembro de 2023		26.655	19	288	(16.362)	10.600
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.						

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

1 Contexto operacional: A GDPar SR Participações em Projetos Solares S.A. ("GDPar SR" ou "Companhia") é de continuidade normal dos negócios da Companhia. 2 Base de preparação: a. Declaração de conformiuma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 2 de setembro de 2019, com sede da Companhia localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3311, 5º andar, conjunto 502 Parte C, CEP 04538-133. A Companhia tem como atividade principal o investimento em outras empresidades por ações de capital fechado, constituída em 2 de setembro de 2019, com sede da Companhia dade: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que contemplam os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e homologadas pelo Conselho Fedesas (controladas diretamente, na condição de sócia, acionista ou quotista), no segmento de geração distribuída ral de Contabilidade (CFC). A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada de Aneel e são arrendados para os clientes finais em contratos com prazos até 25 anos. A Companhia tem como principais clientes a Origo Energia e Claro S.A.. Os projetos da Companhia, em estágio inicial de desenvolvimento, foram adquiridos de desenvolvedores do mercado de geração distribuída de energia solar. Logo após a aquisição foram contratados Epcistas para construção das Usinas Fotovoltaicas (UFVs), as quais estão alocadas nas Sociedades de propósitos específicos (SPE's) listadas na Nota Explicativa nº 1.1 Todas as SPEs (sociedade de propósito específico) encontram-se em fase operacional. As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia abrangem a Companhia e suas controladas (conjuntamente referidas como "Grupo").

1.1 Relação das entidades controladas:	% de	Participaçã
Controladas diretas:	2023	202
UFVs Origo Energia:		
SPE MG XV Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	100	10
UFV MG XVI Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	100	10
UFV MG XVII Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	100	10
SPE MG XVIII Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	100	10
UFV MG XIX Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	100	10
UFV MG XX Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	100	10
UFV MG XXI Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	100	10
UFV MG XXII Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	100	10
UFV MG XXIII Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	100	10
Controladas Diretas:	% de	Participaçã
UFVs Autogeração Solar	2023	202
Solargrid Autogeração Solar Bahia Ltda.	100	10
Autogeração Solar São Paulo Ltda.	100	10
Autogeração Solar Minas Gerais Ltda.	100	10
Autogeração Solar Alegrete Ltda.	100	10
1.2 Continuidade operacional: Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresenta	capital circ	ulante líquio
negativo de R\$ 181,751 (R\$23,308 em 31 de dezembro de 2022) na controladora e R	\$ 165.017	(R\$7.896 e

forma representativa. Os planos da Administração para manutenção das atividades do Grupo consistem no suporte financeiro da controladora e de investidores na eventualidade da falta de caixa até a concretização da emissão de longo prazo citada acima. Assim, as demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto resume os impactos nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo:

financeiras, individuais e consolidadas, estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. 4 Uso de estimativas e julgamentos: Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente a. Julgamentos: As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas estão incluídas nas sequintes notas explicativas: • Nota explicativa 14 - Arrendamentos-prazo de arrendamento: se o Grupo tem razoavelmente certeza de exercer opções de prorrogação. b. Incertezas sobre premissas e estimativas: As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2023 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas na seguinte ajuste interiario los salutos contrabers de avivos e passivos no protanto atro iscari estad incultada ha estado no nota explicativa: • Nota explicativa 14 - Arrendamentos-Critério para definição de taxa de desconto tultizada para cálculo dos passivos de arrendamento. • Nota explicativa 16 - Provisão para desmobilização - Critério para definição da taxa de desconto e estimativa do custo para desmobilização dos ativos que englobe todas as regiões onde os projetos foram implantados. Mensuração do valor justo: Certas políticas e divulgações contábeis do Grupo requerem a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros. Os valores justos são apurados para o propósito de mensuração e divulgação. Quando aplicável, informações adicionais sobre premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas políticas contábeis e demais notas explicativas de ativos e passivos correspondentes. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou de um passivo, o Grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 23-Instrumentos financeiros. **5 Base de mensuração**: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico. 6 Retificação de erros imateriais: a) Demonstração 31 de dezembro de 2022) no consolidado, em função da reclassificação do endividamento bancário que estava classificado no longo prazo em 2022 para o curto prazo em 2023. A Companhia espera liquidar o atual endividamento no primeiro semestre de 2024 e, pretende contratar uma nova divida de longo prazo na modalidade no longo prazo em 2022 es a curto prazo em 2023. A Companhia espera liquidar o atual endividamento no primeiro semestre de 2024 e, pretende contratar uma nova divida de longo prazo na modalidade no exercíció findo em 31 de dezembro de 2022. Os erros foram corrigidos pela reapresentação dos valores cor-Debêntures Simples com prazo de 15 anos. Desta forma, o endividamento de curto prazo será reduzido de respondentes nos exercícios anteriores afetados e o montante de R\$ 143.139 foi reclassificado para o fluxo de caixa de financiamento. A retificação de erro em 2023 foi somente a citada acima, e não houve nenhum impacto material sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023. A tabela a seguir

Demonstrações do fluxo de caixa-Método indireto	Originalmente apresentado em 31/12/2022	Ajustes	Controladora Reclassificado em 31/12/2022	Originalmente apresentado em 31/12/2022	Ajustes	Consolidado Reclassificado em 31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais			·			
Prejuízo do exercício	(5.515)	-	(5.515)	(5.515)	-	(5.515)
Ajustes ao resultado do exercício	9.219	-	9.219	37.237	-	37.237
Total após ajustes ao resultado do exercício	3.704	-	3.704	31.722	-	31.722
Decréscimo/ (acréscimo) em variações nos ativos e passivos						
Partes Relacionadas	(143.139)	143.139	-	(140.652)	140.652	-
Outros decréscimos/ (acréscimo) em variações nos ativos e passivos	(1.345)		(1.345)	2.741		2.741
Fluxo de caixa (utilizado nas) proveniente das atividades operacionais	(140.780)	143.139	2.359	(106.189)	140.652	34.463
Fluxo de caixa líquido (utilizado nas) proveniente das atividades operacionais	(140.780)	143.139	2.359	(110.991)	140.652	29.661
Fluxo de caixa proveniente das (utilizado nas) atividades de investimento	3.932	-	3.932	(12.793)	-	(12.793)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento						
Pagamentos a partes relacionadas	-	(143.139)	(143.139)	-	(140.652)	(140.652)
Outros (pagamentos)	(17.692)	-	(17.692)	(17.845)	-	(17.845)
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de financiamento	(17.692)	(143.139)	(160.831)	(17.845)	(140.652)	(158.497)
	(154.540)	-	(154.540)	(141.629)	-	(141.629)
Redução de caixa e equivalentes de caixa						
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	156.360	-	156.360	163.160	-	163.160
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.821	-	1.821	21.531	-	21.531
Redução de caixa e equivalentes de caixa	(154.540)	-	(154.540)	(141.629)	-	(141.629)

b) **Provisão para desmobilização:** Durante o exercício de 2023, o Grupo identificou um erro na forma do cálculo da provisão de desmobilização, onde a projeção anterior atualizava um fluxo anual linear, que totalizava o orcamento de desmontagem durante o prazo de operação das usinas, e descontava este fluxo a taxa de juro tiva nº 13. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado, a menos que o montante esteja incluído no futuro. No novo cálculo, o total de orçamento de desmobilização foi atualizado pelo IPCA e este valor foi integral-mente considerado no período final de término da operação comercial das usinas, e descontado a taxa de juro futuro. Essa nova metodologia resultou numa reversão de R\$ 9.851. A nova metodologia está em linha com a interpretação ICPC 12-Mudanças em Passivos por Desativação, Restauração e Outros Passivos Similares. Os erros foram corrigidos pela reapresentação dos valores correspondentes nos exercícios anteriores afetados e o montante de R\$ 9.851 foi revertido da conta de provisão de desmobilização do ativo e de possivo.

montante de 14 3.001 foi revertido da conta de provisão de desmobilização do ativo e do passivo.								
31 de dezembro de 2022	Impactos da retificação de erro							
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado					
Imobilizado	191.173	(9.851)	181.322					
Demais ativos	35.826		35.826					
Total do ativo	226.999	(9.851)	217.148					
Provisão para desmobilização	12.893	(9.851)	3.042					
Demais passivos	192.659		192.659					
Patrimonio líquido	21.447	-	21.447					
Total do passivo e patrimônio líquido	226.999	(9.851)	217.148					
		`						

7 Principais políticas contábeis materiais: As políticas contábeis descritas em deta aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. a. Base de consolidação: (i) Controladas: O Grupo controla uma entidade quando está exposto a. ou tem direito sobre, os retornos variá veis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem tar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. Todos os investimentos do Grupo em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonia compreendem suas participações entidades controladas, mencionada na nota explicativa nº 1.1. Mudanças na nação do Grupo em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como atrimônio líquido. (ii) Investimentos em entidades contabilizados pelo método da equiva lência patrimonial: Os investimentos do Grupo em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas. As coligadas são aquelas entidades nas quais o Grupo, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Para ser classificada como uma entidade controlada em conjunto, deve existir um acordo contratual que permite ao Grupo controle compartilhado da entidade e dá ao Grupo direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos. Tais ntos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reco nhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação do Grupo no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, investimentos em contro-ladas também são contabilizados com o uso desse método. (III) Transacões eliminadas na consolidação: Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na inv tida. Perdas não realizadas são eliminados do mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas some na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. b. Receita de contratos com clientes: A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. O Grupo reconhece a receita quando transfere o controle do serviço prestado ao cliente. O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho. Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente. O Grupo atua no segmento de geração distribuída de energia solar e tem como receitas a locação de usinas Fotovoltaicas, a sublocação de terrenos onde estão instaladas suas usinas e a operação e manutenção de usinas fotovoltaicas. As receitas são reconhecidas a partir do momento em que o ativo é colocado à disposição do cliente devidamente conectado à rede de distrie gerando créditos de energia às unidades consumidoras dos clientes. c. Receitas financeiras e despesas financeiras: As receitas e despesas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, juros ativos, despesas de juros e variações monetárias. A receita de juros é reconhecida no resultado, es do método dos juros efetivos, d. Imposto de renda e contribuição social: Controladora - corrente e diferido: A provisão para imposto de renda (IRPJ) foi constituída à aliquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de 10% sobre o lucro anual excedente a R\$ 240 (duzentos e quarenta mil Reais). A provisão para contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável e, consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real, derani a competicação de polízos isacais e base riegarava de comincionas sociar, inimiada a so violente de quando aplicável. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tri-butável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras. O IRPJ e a CSLL diferidos, quando aplicável, são calculados sobre prejuízos fiscais e sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas destes impostos definidas, atualmente, para determinação destes créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Os créditos tributários diferidos decorrentes de prejuízos fiscais e diferenças temporárias são reconhecidos somente na extensão em que sua realização seja provável, que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos-futuros que podem, portanto, sofrer alterações. Controladas: O IRPJ e a CSLL são calculados observando-se os critérios estabe portativo, sorier alterações. O mitro de a collet sau calculados observariadose os circinos estados lecidos pela legislação fiscal vigente, pelas alíquotas regulares de 15%, acrescidas de adicional de 10% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Conforme facultado pela legislação tributária, as Controladas optaram pelo regime tributário de Lucro Presumido. Nestas Companhias, a base de cálculo do IRPJ e da CSLL é calculada a razão de 32%, por fim a razão de 100% sobre as receitas financieras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares do respectivo imposto e contribuição. e. Imobilizado: (i) Reconhecimento e mensuração: Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e eventuais perdas de redução ao valor recuperável (impairment). Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na

sequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios éconômicos futuros associados com os

gastos serão auferidos pelo Grupo. (iii) Depreciação: Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, e são calculados com base nas taxas mencionadas na Nota Explicavalor contábil de outro ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida titil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja certo que o Grupo obterá a propriedade do bem ao final do arrendamento. Terrenos não são depreciados. As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as sequintes: Usinas Fotovoltaicas - 25 anos: Computadores e equipamentos de informática - 10 anos: Desmobilização usina osalizas devotacias 25 anos. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. f. Instrumentos financeiros: (i) Reconhecimento e mensuração inicial: O contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das dis-posições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. (ii) Classificação e mensuração subsequente: Ativos financeiros: No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo tempo e os riscos específicos do ativo ou da LIGC. Uma perda por reducão ao valor recun amortizado. O Grupo não possui ativo financeiro mensurado ao VJORA. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR; • é mantido dentro de um modelo de negócios, cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e, • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeirelativos sorinente ao pagariento de principar e juitos sobrie o valor principar en i aberto. Todos os ativos initalicer ros não classificados como mensurados ao custo são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais interio contani que de cuta riorma sugina. Autos initariorios a varianção sourse se os indos de canacionitariados são somente pagamentos de principal e de juros Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, o Grupo considera: • eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa; • termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; • e os termos que limitam o acesso do Grupo a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente-o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial. Ativos financeiros-Mensuração subsequente e ganhos e perdas: Ativos financeiros a custo amortizado - Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. **Passivos financeiros-classificação, mensuração** subsequente e ganhos e perdas: Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. As despesas de juros são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. (iii) Desreconhecimento: Ativos financeiros: O Grupo dereconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferenca entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. (iv) Compensação: Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o pas-sivo simultaneamente. **g. Capital social: Ações ordinárias:** Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessas transações estão contabilizadas conforme o CPC 32, h. Redução ao valor recuperável (impairment): (i) Ativos financeiros não derivativos: O Grupo reconhece provisões para perdas eradas de crédito sobre: • ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. • O Grupo mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses: • títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e • outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial. As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforco excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas (forward-looking). O Grupo presume que o risco de crédito de um ativo altenação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. (ii) Custos subsequentes: Gastos sub-financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso. O Grupo considera um ativo financeiro como inadimplente quando: • é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obri-

۷,	022 - (EIII IIIIIIIales de Reals)					
			lo resultado			
,	Exercícios findos em 31 de dezembro de 202	3 e 31	de dezembr	o de 2022 -	(Em milhares	de Reais
2			Cor	ntroladora _	Co	nsolidado
-		Nota	2023	2022	2023	2022
3	Receita operacional líquida	18	-	-	39.747	34.347
3	Custo das vendas	19	-	-	(16.477)	(14.171)
3	Lucro bruto		-	-	23.270	20.176
ŝ	Despesas gerais e administrativas	20	(228)	(392)	(2.829)	(1.391)
9	Outras despesas		(45)	-	(78)	
Š	Resultado antes do resultado financeiro					
,	líquido e impostos		(273)	(392)	20.363	18.785
,	Receitas financeiras	21	127	4.096	1.501	5.344
	Despesas financeiras	21	(26.329)	(24.423)	(28.289)	(25.623)
5	Resultado financeiro líquido		(26.202)	(20.327)	(26.788)	(20.279
,	Equivalência patrimonial		15.628	15.204	-	
5	Resultado antes dos impostos		(10.847)	(5.515)	(6.425)	(1.494
•	Imposto de renda e contribuição social					
	Imposto de renda e contribuição social-corrente	22	-	-	(4.422)	(4.021
5	Prejuízo do exercício		(10.847)	(5.515)	(10.847)	(5.515
)	As notas explicativas são parte integrante das	demon	strações fina	nceiras indiv	riduais e cons	solidadas.

Demonstrações do res	uitado abran	gente			
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31	de dezembro	de 2022 -	(Em milhares	de Reais)	
	Con	troladora	Cor	nsolidado	
	2023	2022	2023	2022	
Prejuízo do exercício	(10.847)	(5.515)	(10.847)	(5.515)	
Resultado abrangente total	(10.847)	(5.515)	(10.847)	(5.515)	
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.					

- 1	,					
	Demonstrações do Exercícios findos em 31 de dezembro de 20		de dezemb	ro de 2022 -		
		_	Co	ntroladora		onsolidado
		Nota	2023	2022	2023	202
	Fluxo de caixa das atividades operacionais					
	Prejuízo do exercício		(10.847)	(5.515)	(10.847)	(5.515
	Ajustes por:					
	Resultado de equivalência patrimonial	12	(15.628)	(15.204)		
	Depreciação do ativo imobilizado	13	-	-	7.676	7.258
Ы	Depreciação de direito de uso	14	-	-	500	35
.	Amortização de custos de transação					
3	sobre empréstimos	15	1.000	1.002	1.000	1.002
,	Juros sobre empréstimos	15	25.326	23.421	25.326	23.42
-	Juros de arrendamentos	14	-	-	1.620	1.180
1	Juros s/ provisão para desmobilização		-	-	289	
-	Imposto de renda e contribuição social	22			4.422	4.02
-			(149)	3.704	29.986	31.72
3	Decréscimo/ (acréscimo) em					
-	variações nos ativos e passivos					
)	Adiantamentos a fornecedores		-	39	(143)	586
-	Contas a receber de clientes e outros recebíve	eis		<del>.</del>	(3.045)	(2.628
3	Impostos a recuperar		(28)	(1.311)	(27)	(1.308
3	Créditos com partes relacionadas		-	3	-	
-	Outras contas a receber		-	-	(10)	13
3	Ativos de arrendamento		-	-	-	1
3	Fornecedores		-	(13)	(1.658)	5.98
1	Obrigações fiscais		(1)	(62)	(63)	(39
1	Outras contas a pagar		-	(1)	74	(158
3	Passivos de arrendamentos		-	-	-	15
1	Fluxo de caixa (utilizado nas) proveniente					
	das atividades operacionais		(178)	2.359	25.114	34.46
1	Juros pagos de arrendamentos	14	-	-	(1.620)	(1.216
	Juros pagos de emprestimos e financiamentos	15	(4.428)	(1.692)	(4.428)	(1.693
?	Impostos pagos sobre o lucro		-	-	(4.250)	(3.111
,	Fluxo de caixa líquido (utilizado nas) prove	niente	(4.000)		44.040	
1	das atividades operacionais		(4.606)	667	14.816	28.44
'	Fluxo de caixa de atividades de investimen			(4.000)		
١	Investimento em controladas	12		(4.668)	-	
,	Dividendos recebidos	12	17.217	9.241	(0.055)	(40.700
	Aquisição de imobilizado	13	-	(641)	(6.255)	(12.793
-	Fluxo de caixa proveniente das (utilizado na	as)	47.047	0.000	(0.055)	(40.700
,	atividades de investimento		17.217	3.932	(6.255)	(12.793
3	Fluxo de caixa de atividades de financiame	nto				
1	Caixa Iíquido das empresas recebidas					(450
-	(cindidas) por transferência de quotas	4.5	(40.000)	(40.000)	(40.000)	(152
,	Pagamento de empréstimos, financiamentos	15	(16.000)	(16.000)	(16.000)	(16.000
)	Pagamento de arrendamento	14		(4.40.400)	(103)	(475
r	Pagamentos a partes relacionadas	6	4 000	(143.139)	(5.169)	(140.652
	Recebimentos de partes relacionadas		1.808	-	-	
	Fluxo de caixa utilizado nas atividades		(44.400)	(450 430)	(24 272)	(4 E7 070
	de financiamento		(14.192)	(159.139)	(21.272)	(157.279
	Paduaña da antira a amuluntantas da antira		(1.581)	(154.540)	(12.711)	(141.629
	Redução de caixa e equivalentes de caixa	(-i-	4 004	456.060	04 504	100 10
	Caixa e equivalentes de caixa no início do exe		1.821	156.360	21.531	163.160
	Caixa e equivalentes de caixa no final do exer	CICIO	240	1.821	8.820	21.53
	Redução de caixa e equivalentes de caixa		(1.581)	(154.540)	(12.711)	(141.629

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

gações de crédito ao Grupo, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou • o ativo financeiro estiver vencido há mais de 30 dias. • As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro. As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses). O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual o Grupo está exposto ao risco de crédito. Ativos financeiros com problemas de recuperação Em cada data de balanço, o Grupo avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: • dificuldades financeiras significativas do devedor; • quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 30 dias; • reestruturação de um valor devido ao Grupo em condições que não seriam aceitas em condições normais: • a probabiliração de uni valor de vido ao strupo em controles que não seriam aceitas em conogoes normas, - a procesor dade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou - o desapa-recimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. **Baixa**: O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando o Grupo não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, o Grupo a dota a política de baixar o valor contábi bruto quando o ativo financeiro encontra-se vencido e avalia-se que não há mais recursos eficientes para cobrança. • O Grupo não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos do Grupo para a recuperação dos valores devidos. (ii) Ativos não-financeiros: Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Grupo, que não os ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGC. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Considerando que o Grupo não possui ágio contabilizado em suas demonstrações contábeis as perdas por redução ao valor reguerável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. i. Arrendamentos: No início de um contrato, o Grupo avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de ação. (i) Como arrendador: Quando o Grupo atua como arrer ção, se cada arrendamento é um arrendamento financeiro ou operacional. Para classificar cada arrendamento o Grupo faz uma avaliação geral se o arrendamento transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente. Se for esse o caso, o arrendamento é um arrendamento financeiro caso contrário, é um arrendamento operacional. Como parte dessa avaliação, o Grupo considera certos indica dores, como se o prazo do arrendamento é equivalente à maior parte da vida econômica do ativo subjacente Quando o Grupo é um arrendador intermediário, ele contabiliza seus interesses no arrendamento principal e no subarrendamento separadamente. Ele avalia a classificação do subarrendamento com base no ativo de direito de uso resultante do arrendamento principal e não com base no ativo subjacente. O Grupo reconhece os recebimentos de arrendamento decorrentes de arrendamentos operacionais como receita operacional pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento (ii) Como arrendatário: No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação no contrato a cada compo-nente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, o Grupo optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente. O drupo reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a da data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arredamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor re se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder se determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo. Geralmente, o Grupo usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto. O Grupo determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: • pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência; • pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mesurados ativo financeiro. Passivos financeiros: O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação utilizando o índice ou taxa na data de início; • valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os acordo com as garantias de valor residual; e • o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, s alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se o Grupo alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. Arrendamentos de ativos de baixo valor: O Grupo optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo. O Grupo reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento. j. Reconhecimento das obrigações contratuais relacionadas à devolução de áreas (terrenos) ARO (Asset Retirement Obrigation): A provisão refere-se aos custos e despesas a serem incorridos, assim como que a entidade deverá liquidar, no futuro, de retirada de serviço dos seus ativos. A obrigação é de valor presente e, posteriormente, ajustada através do acréscimo de despesas financeiras ao longo do tempo. O custo de desativação de ativos equivalente ao passivo inicial é capitalizado como parte do valor contábil do ativo sendo depreciado durante o período de vida útil do contrato. As premissas e cálculo são atualizados em bases anuais. Eventual variação é registrada em contrapartida o passivo. O reconhecimento das obrigações foram realizadas nos exercícios de 2022 e 2023, conforme práticas contábeis mencionadas nas notas explicativas de nº 13 e 16. **k. Provisões:** As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do des-

conto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira. 8 Novas normas e